



GOVERNO FEDERAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE
DEFICIÊNCIA



ATA SUMÁRIA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 e 13 DE DEZEMBRO DE 2006.

1 Aos doze e treze dias do mês de dezembro de dois mil e seis, às nove horas, no Ministério
2 Público Federal, SAF Sul, Quadra 04, Auditório do Bloco F - Térreo/Brasília - DF, foi
3 realizada a Primeira Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa
4 Portadora de Deficiência. **1. Abertura:** A reunião foi presidida pelo presidente do
5 CONADE, **Alexandre Carvalho Baroni**, que saudou todos os presentes e passou de
6 imediato à verificação do quorum, constatando quorum de 23 Conselheiros no momento da
7 abertura. Estavam presentes: **Sociedade Civil: Mauro Meirelles Pena (ABMFR), Cândida**
8 **Maria Carvalheira (ABRASO), Maria Aparecida Gugel (AMPID), Hermano José V.**
9 **de Brito (APABB), Janilton Fernandes Lima (CNC), Flavio Henrique de Souza (CUT),**
10 **Isaias Dias (CUT), Alexandre Carvalho Baroni (CVI), José Cláudio Barriguelli**
11 **(FARBRA), Antônio Carlos Sestaro (FBAS-DOWN), Carlos Ajur Cardoso Costa**
12 **(FEBEC), Ronaldo Tavares da Silva (FEBEC), Adinilson Marins dos Santos**
13 **(FENAPAE), Marilene Ribeiro dos Santos (FENAPAE), Lizair de Moraes Guarino**
14 **(FENASP), Shirley Vilhalva (FENEIS), Valdenora da Cruz Rodrigues (MORHAN),**
15 **Cristiano Cláudio Torres (MORHAN), Laís Vanessa C. de F. Lopes (OAB), Tarcízio**
16 **Teixeira Cardoso (ONEDEF) e Adilson Ventura (UBC). Órgãos do Governo: Celso**
17 **Lourenço M. Correa (Casa Civil/PR), João Carlos Martins Neto (MCT), Ritamaria**
18 **Silva de Aguiar (Min. Da Cultura), Kátia Aparecida M. Barbosa (Min. da Educação),**
19 **Denise de Oliveira Alves (Min. da Educação), Rafael Moreira de Aguiar (Min. da**
20 **Justiça), Tereza Augusta dos S. Ouro (Min. da Previdência Social), Sheila Miranda da**
21 **Silva (Min. da Saúde), Érika Pisanesch (Min. da Saúde), Denise Costa Granja (Min.**
22 **das Comunicações), Adalzira França S. de Lucca (Min. Das Comunicações), Nicola**

23 **Speranza (Min. das Relações Exteriores), Fernando Ribeiro (Min. das Relações**
24 **Exteriores), Ana Maria Lima Barbosa (Min. Des. Social e Comb. Fome), Rogério**
25 **Lopes Costa Reis (Min. do Trabalho e Emprego), Maria Madalena Nobre (Min. do**
26 **Turismo), Marcos C. de Souza Bandeira (Min. dos Transportes), Izabel M. Madeira de**
27 **L. Maior (SEDH/PR), Flávio Couto e S. de Oliveira (CONPED/MG), Manuel Augusto**
28 **O. de Aguiar (CONED/PE) e Martinha Clarete D. dos Santos (CMDPD-Londrina).**
29 **Observadores: Flozilene Oliveira (PFDC/MPF), Messias Ramos Costa (FENEIS/DF),**
30 **Amarildo João Espindola (FENEIS/DF), Flavio Rossini (COMDEF/Mesquita), Dr.**
31 **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca (MPT), Ronaldo Tavares da Silva (Federação**
32 **Brasileira de Cegos), Cristiano Cláudio Torres (MORHAN), Elizabeth Fernandes**
33 **(Ação Comunitária do Espírito Santo - Programa Catavento), Marly dos Santos**
34 **(Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo); Tatiana a. Martins e**
35 **Milena P. da Silva, intérpretes de LIBRAS e Ivoneide Damasceno (Sociedade dos Cegos**
36 **do Rio Grande do Norte). 2. Aprovação da Ata da XLIX Reunião Ordinária: A ata foi**
37 **aprovada por unanimidade. 3. Aprovação da Proposta de Pauta I Reunião**
38 **Extraordinária. O Conselheiro José Cláudio Barriguelli solicitou que a Comissão de**
39 **Orçamento e Finanças fosse a primeira a apresentar o relatório, alegando ter um problema**
40 **familiar meio grave, forçando-o a se ausentar por alguns instantes. A Conselheira Cândida**
41 **Maria Carvalheira sugeriu que fosse organizado o calendário de 2007 para planejamento**
42 **não só pessoal, como de entidades. O presidente Alexandre Carvalho Baroni sugeriu à**
43 **Conselheira Cândida que o calendário fosse observado após os informes das comissões ou**
44 **no primeiro momento após o almoço. Havendo concordância de todos, a pauta foi aprovada**
45 **com essas alterações. 4. Informes das Comissões Permanentes: Iniciando a apresentação**
46 **pela COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS, Conselheiro José**
47 **Cláudio Barriguelli. Encaminhamento: Iniciada a apresentação, o Conselheiro José**
48 **Cláudio Barriguelli informou que a Comissão de Orçamento se reuniu no dia anterior e**
49 **discutiu três pontos. O primeiro deles foi uma pequena avaliação sobre a reunião conjunta de**
50 **Políticas Públicas e de Orçamento, havida na plenária passada. Como a Comissão de**
51 **Orçamento não tem ainda o volume do material requerido tanto para os Ministérios, quanto**
52 **aquilo que o INESC tinha se proposto a fazer, a Comissão entendeu que não dava para levar**
53 **a discussão avante. Em função disso, vai encaminhar aos Conselheiros, antes da reunião de**
54 **fevereiro ou de março, um roteiro sobre o PPA para que os Conselheiros tenham**
55 **conhecimento sobre essa importante peça da política pública para que O CONADE comece**
56 **a trabalhar e, já talvez em fevereiro e março, delinieie algumas ações orçamentárias que**
57 **interessem ao CONADE. O outro ponto que a Comissão discutiu foi apresentar uma**

58 proposta de orçamento para 2007, a proposta de recursos que interessa especificamente ao
59 CONADE para o seu funcionamento. Além de fazer a proposta de recursos orçamentários
60 para 2007, a Comissão também encaminhou como sugestão a criação de uma ação
61 orçamentária dentro do Programa de Gestão de Direitos Humanos da Secretaria Especial de
62 Direitos Humanos. Se não for possível, a Comissão entende que o CONADE deve colocar
63 no PPA 2008/2011 esta ação orçamentária como componente essencial para a autonomia
64 financeira do CONADE. Entrando no detalhamento da proposta de recursos orçamentários,
65 o Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** informou que a Comissão dividiu a proposta em
66 dois grandes blocos: custeio e investimento. Na parte de custeio, que são todos os gastos e
67 todas as rubricas possíveis de gastos que o CONADE prevê para 2007, estão seis reuniões
68 ordinárias, duas reuniões extraordinárias; quatro reuniões excepcionais de comissões; as
69 viagens de representação. Além disso, a Comissão apresentou uma proposta de contratação
70 temporária de quatro funcionários de nível superior e quatro profissionais de nível médio,
71 esclarecendo que essa era uma demanda antiga da Secretaria Executiva do Conselho. A
72 Comissão projetou uma oficina de planejamento estratégico, onde discutiria a Lei de
73 Diretrizes Orçamentária da União de 2007 e a proposta de lei orçamentária, além de discutir
74 o PPA 2008/2011. Informou ainda que a Comissão está programando, como já está definido,
75 o III Encontro Nacional de Conselheiros. Disse que esse é o grande eixo das grandes
76 atividades que a Comissão estaria propondo, que daria um valor estimado de três milhões
77 trezentos e treze mil setecentos e treze reais. Do ponto de vista de investimentos, a Comissão
78 definiu oito grandes blocos. O primeiro é um conjunto de computadores equipados com os
79 recursos mais modernos de multimídia, sendo cinco computadores equipados para as
80 comissões; a aquisição de dois *notebooks*; 5 *pen drives*, um para cada computador, para
81 funcionamento das Comissões; a compra de mais uma impressora multifunção, para
82 funcionamento das Comissões; uma televisão de 21 polegadas, tela plana para circular nos
83 eventos; a compra de um tripé para a filmadora que o CONADE já tem; a aquisição de dois
84 telefones digitais e a última proposta, que não há como estimar valor, a solicitação de cinco
85 salas para funcionamento das comissões. O resumo geral da proposta orçamentária é, no
86 item custeio: 3 milhões 313 mil 713 reais. O custo de investimento é de 33 mil e 400 reais.
87 O que perfaz um total de 3 milhões, 347 mil 113 reais. Após a apresentação do relatório foi
88 franqueada a palavra aos membros do CONADE. A Conselheira **Izabel M. Madeira de L.**
89 **Maior** disse achar extremamente salutar que se faça uma programação, especialmente com
90 um detalhamento de recursos a serem utilizados, tanto recursos de custeio, como recursos de
91 capital, mas destacou que a proposta no valor de 3 milhões 367 é absolutamente irreal como
92 proposta, lembrando que o valor total do orçamento da CORDE, em se mantendo o mesmo

93 valor do ano passado e da proposta orçamentária 2007, corresponde a 3 milhões 850 mil
94 reais. Dessa forma, aponta que somente essa proposta quase chega ao valor. Aponta ainda
95 que se a emenda for usada integralmente para a programação do CONADE, significa que a
96 CORDE terá 800 mil reais na capacitação para o apoio aos projetos de todas as organizações
97 de pessoas com deficiência. Sobre os 19 encontros a serem realizados em um ano, sugeriu
98 reavaliar esse item, tanto na questão quantitativa, quanto na questão financeira,
99 orçamentária. Para concluir, disse ver a planilha com poucas possibilidades de se tornar
100 viável. Sugeriu ainda elaborar um plano de contingência, uma segunda alternativa para não
101 deixar de cumprir as principais necessidades do CONADE. A seguir, o Conselheiro
102 **Tarcízio Teixeira Cardoso** concordou com as ponderações da Conselheira **Izabel M.**
103 **Madeira de L. Maior**, apontando que em alguns itens há “gordurinhas” que podem ser
104 diminuídas. Passada a palavra ao Conselheiro **Marcos C. de Souza Bandeira** pediu para
105 registrar uma informação muito importante. Informou que quando foi conversar com os
106 assessores parlamentares sobre emendas um deles foi muito claro e disse que a emenda que
107 foi apresentada era uma emenda rica de informações, mas não de detalhamento, apontando
108 ser a parte mais importante para que o CONADE conseguisse os recursos. Propôs então que
109 se algum Conselheiro tivesse alguma idéia, que sugerisse novas informações para serem
110 incluídas no quadro. A seguir a Conselheira **Cândida Maria Carvalheira** disse discordar de
111 aprovar um planejamento muito estimado para cima para não ser aceito. Discordou ainda de
112 comprar laptop para conselheiro do CONADE. Com a palavra o Conselheiro **Antonio**
113 **Carlos Sestaro** fez um protesto pelo fato da Comissão de Orçamento e Finanças não ter
114 atentado à discrepância entre valores de passagens e diárias pagas aos conselheiros. O
115 Conselheiro Mauro Meirelles Pena sugeriu a inclusão na tabela de investimentos
116 apresentada pela Comissão de Orçamento e Finanças da compra de um painel eletrônico
117 para as reuniões do CONADE. Apontou achar importante que um dirigente seja auxiliado
118 em sua mobilidade, defendendo a existência de *laptop*, principalmente de um telefone
119 celular. Destacou ainda que essas contas têm que ser pagas pelo Conselho. Concordou ainda
120 o pleito do Conselheiro **Antonio Carlos Sestaro**. Registrou achar que o 19 reuniões no ano,
121 uma reunião e meia por mês, é uma coisa muito difícil de ser atingida. O Conselheiro
122 **Fernando Ribeiro** lembrou ao CONADE que a Comissão de Orçamento e Finanças
123 apresentou o número de 19 reuniões no ano não por ter saído da cabeça dela, mas sim
124 porque foi uma decisão do plenário em reunião anterior. Devolvida a palavra ao Conselheiro
125 **José Cláudio Barriguelli**, acatou o protesto do Conselheiro **Antonio Carlos Sestaro** e
126 esclareceu que foi feita essa discussão tanto na Comissão de Orçamento e Finanças como na
127 Presidência Ampliada no dia 11 de dezembro de 2006. Registrou que a Comissão não foi

128 omissa e nem irresponsável de não discutir o tema. Apontou ainda que a Comissão tem que
129 colocar o valor de R\$ 130,57 como estimativa porque esse valor está num Decreto assinado
130 pelo Presidente da República. Informou que a Presidência Ampliada estabeleceu como uma
131 proposta a ser conduzida pela Comissão de Orçamento e Finanças que se reveja o Decreto e
132 que a categoria dos conselheiros do CONADE não seja equivalente a DAS 2, mas sim que
133 esteja em linha com o mesmo valor de diária dos secretários de Estado. O Conselheiro
134 **Isaias Dias** disse entender que o debate sobre a coluna da esquerda deve ser aquilo que é
135 essencial para que um Conselheiro desempenhe suas funções. Com a palavra o Conselheiro
136 **Marcos C. de Souza Bandeira** destacou que o CONADE trabalha, trabalha e trabalha e
137 nada do que é feito é divulgado. Sugeriu inserir “Publicidade e divulgação” como uma das
138 atividades. A Sra. **Valdenora da Cruz Rodrigues** sugeriu que o CONADE reivindique um
139 transporte adaptado, principalmente para os companheiros que precisam, para locomoção do
140 aeroporto para o hotel e para a reunião. O Conselheiro **Carlos Ajur Cardoso Costa**
141 defendeu que a primeira discussão a ser feita deveria ser de aonde que vai ser vinculado o
142 orçamento do planejamento do CONADE. Se o CONADE vai junto ao Secretário brigar
143 para que saia uma dotação orçamentária no orçamento da Secretaria, uma dotação destinada
144 ao planejamento do CONADE ou essas ações do CONADE vão ser vinculadas ao
145 orçamento destinado às ações da CORDE. A Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos**
146 destacou que houve uma inversão de posição do nove porque na verdade são 16 seminários
147 regionais. Concordou que o importante é o CONADE orçar para cima, para ter margem de
148 negociação. Propôs que fossem feitas propostas concretas de alteração de valores e itens. A
149 Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** apontou estar faltando um item extremamente
150 importante, qual seja a preparação do material de capacitação. O Conselheiro **João Carlos**
151 **Martins Neto** apontou que uma coisa era necessária saber, se esse pleno concordava ou não
152 do CONADE ter uma ação orçamentária com recursos próprios. Disse ainda não achar que o
153 valor era extremamente alto, mas sim bastante razoável. A Conselheira **Izabel M. Madeira**
154 **de L. Maior** esclareceu que o plenário pode votar se o Conselho vai encaminhar a proposta
155 para criação de ação porque criar a ação não está na governabilidade do CONADE, nem do
156 Secretário, está na negociação entre a Secretaria e o Ministério do Planejamento. O
157 presidente **Alexandre Carvalho Baroni** esclareceu que a primeira proposta era levar ao
158 acompanhamento do Secretário o interesse do CONADE de que seja criada uma ação
159 orçamentária exclusiva para o funcionamento do Conselho e indagou se o plenário estava
160 esclarecido. A seguir, o Conselheiro **José Cláudio Barriguelli** solicitou votação nominal.
161 Contados os votos, foi aprovada a proposta com vinte e seis votos favoráveis, nenhum voto
162 contra e quatro abstenções. Passada a palavra ao Conselheiro **Marcos C. de Souza**

163 **Bandeira**, solicitou que fosse incluída na planilha “painel eletrônico com legenda em tempo
164 real” que está previsto no Decreto 5.296, destacando que o CONADE precisa dar o exemplo.
165 O presidente **Alexandre Carvalho Baroni** propôs que todos os Conselheiros que quisessem
166 sugerir acréscimo, supressão ou revisão da planilha o fizessem ainda naquele dia, via o
167 coordenador da Comissão os membros João Carlos, Tarcízio, Marcos, Alexandre e Carlos
168 Ajur, ficando a Comissão responsável por apresentar a nova planilha no dia seguinte para
169 encaminhamento e aprovação. A Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** defendeu
170 que a proposta estava prejudicada para votação, apontando que a planilha não estava de
171 acordo com as regras da composição de uma ação e que tinha mais cara de programa. O
172 Conselheiro **João Carlos Martins Neto** esclareceu que o que estava em votação não era a
173 planilha da forma como estava e sim o encaminhamento de que cada Conselheiro que
174 quisesse dar alguma contribuição de acréscimo ou de supressão à planilha o fizesse entre até
175 o fim do dia para que a Comissão de Orçamento e Finanças trabalhasse no documento à
176 noite e trouxesse ao Pleno novamente. Antes de ser colocada em votação, a Conselheira
177 **Izabel M. Madeira de L. Maior** adendou o encaminhamento da votação propondo que a
178 Comissão de Orçamento e Finanças se assessorasse das pessoas da Subsecretaria de Gestão
179 da Política de Direitos Humanos para poder compor o quadro, com todos os itens, com todas
180 as informações do que é possível e do que não é possível. Tendo sido aceito o adendo
181 proposto, o Presidente em exercício, Conselheiro **João Carlos Martins Neto**, pôs em
182 votação o encaminhamento, que foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, passou-se à
183 apresentação do relatório da **COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO DE CONSELHOS**,
184 sendo relatora a Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos**, que fez a apresentação do
185 relatório informando que a Comissão tinha na pauta a revisão da cartilha “Diretrizes para a
186 Criação de Conselhos”, a elaboração dos projetos dos seminários aprovados na reunião
187 anterior, a formatação do Boletim Informativo para Conselhos Municipais e Estaduais e os
188 despachos. Sobre a formatação do Boletim Informativo, a Comissão de Articulação de
189 Conselhos informou que já havia conversado com a Comissão de Comunicação, que
190 apresentaria, na hora apropriada, o formato que ficou. Esclareceu que com relação ao
191 projeto, a Comissão não apresentaria por não haver concluído, alegando que um dia não foi
192 o suficiente, mas disse que para a próxima reunião a Comissão traria o projeto. Com relação
193 aos despachos, apenas informou que a Comissão tem respondido à medida do possível, mas
194 que a falta da revisão da cartilha era algo que fez com que apressassem o processo para que
195 tivessem logo o material afim de que os Conselhos se sentissem mais apoiados porque
196 muitas dúvidas têm surgido que a edição atual não responde. A seguir, passou a palavra à
197 Conselheira **Cândida Maria Carvalheira**, para que informasse o que foi feito de novidade

198 na cartilha. A Conselheira **Cândida Maria Carvalheira** informou que foram feitas
199 inclusões e modificações. Disse que atualmente os Ministérios Públicos não têm mais a
200 cadeira de Conselheiros, mas que fazem parte de convidados, observadores, portanto, sem
201 direito a voto. Outra modificação foi incluir os Conselhos Regionais de Engenharia,
202 Arquitetura. Outra modificação foi nos anexos. Destacou que na primeira edição era a
203 legislação, o Regimento Interno do CONADE e que atualmente há o anseio de todos os
204 Conselhos Municipais e Estaduais de que exista um modelo de uma lei que cria um
205 Conselho Estadual, além de um modelo de como criar fundo estadual ou municipal. Outra
206 modificação foi na capa, seria só a logomarca do CONADE, Brasília, ano 2007. A outra
207 inclusão seria o Regimento Interno do CONADE, incluir um item nos princípios, onde diz
208 “os princípios dos Conselhos Estaduais e Municipais” adicionar um item informando que é
209 competência do Conselho, juntamente com o Governo, tanto estadual e municipal, convocar
210 as suas conferências em acordo com a convocação da nacional. Disse que outra coisa que
211 também estaria incluída nesse anexo é o novo texto de apresentação, que fica a cargo do
212 Presidente Alexandre Baroni. Por último, a Comissão decidiu retirar do final da cartilha,
213 para diminuir a cartilha e considerando que já que vai estar no Regimento Interno do
214 CONADE, a lista das entidades que compõem o CONADE. A seguir, passou-se à discussão
215 do relatório. A Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** propôs inclusões na cartilha
216 apresentada. Lembrou que diretriz de criação de conselho é um dos itens da capacitação de
217 Conselheiros e não é a capacitação de Conselheiros em si. Afirmou que a capacitação de
218 Conselheiros incluiria pelo menos uma discussão sobre o que é controle social e alguns
219 outros itens, como representatividade, democracia, direitos humanos, dentro do grande
220 guarda-chuva do controle social, além de alguns itens que são co-relatos e que estariam em
221 igual peso dentro do nosso regime democrático. Ressaltou a importância de planejar o
222 tempo, lembrando que o material teria que passar pelo Conselho Editorial da Secretaria de
223 Direitos Humanos, antes de ir para publicação. O Conselheiro **Mauro Meirelles Pena**
224 sugeriu a criação, nos eventos do CONADE, de cursos para pessoas que lidam com as
225 pessoas portadoras de deficiência, principalmente na área da saúde, dando como exemplo
226 um curso para acompanhantes, curso para cuidadores e para aquelas pessoas que precisam
227 ter noções não só relativas às patologias, mas também de como lidar com pessoas com
228 deficiência, abrangendo lições mínimas de legislação e de acessibilidade. O Conselheiro
229 **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca** destacou a necessidade de que a cartilha delineasse o
230 papel dos conselhos no contexto democrático. Disse ainda que os conselhos devem entender
231 e ter muito ressaltado a sua função deliberativa normatizante de políticas públicas. Além
232 disso, destacou como importante sublinhar qual é o papel da valorização do direito das

233 minorias para a preservação dos direitos humanos de todos os cidadãos. O Conselheiro
234 **Cristiano Cláudio Torres** manifestou preocupação com a proposta da Conselheira
235 **Cândida Maria Carvalheira** de deixar que os Conselhos Municipais decidam os membros
236 participantes. Defendeu que o controle social tenha determine, de cima para baixo, quem
237 pode participar e quem não deve participar sob pena de ter um Conselho misto que não
238 resolveria o problema do portador de deficiência em seu município. O Conselheiro **João**
239 **Carlos Martins Neto** sugeriu a não retirada das ilustrações, alegando que qualquer
240 documento fica muito mais palatável, mais agradável de se trabalhar ao conter ilustrações e
241 figuras. Devolvida a palavra à Comissão de Articulação e Conselhos para responder às
242 sugestões e indagações, a Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos** disse que quanto à
243 proposição da Conselheira **Ritamaria Silva de Aguiar** sobre a inserção da campanha de
244 acessibilidade na cartilha, a Comissão teria que pensar o objetivo da cartilha, destacando que
245 se o intuito dela é o de apresentar diretrizes para a criação de Conselhos, talvez não coubesse
246 as ações do CONADE, mas seria necessário pensar numa publicação específica para dizer
247 sobre as principais ações do CONADE, destacando a campanha da acessibilidade. Disse
248 acreditar que no texto da cartilha não fosse pertinente. Quanto à sugestão da Conselheira
249 **Ana Maria Lima Barbosa** de dar ênfase em relação às conferências, a Conselheira
250 **Martinha Clarete D. dos Santos** informou que a sugestão da Comissão é de que a lei que
251 cria o Conselho institua a conferência municipal, dando prazo bienal, em geral, além de
252 caracterizar as atribuições de uma e de outra. Sobre as sugestões do Conselheiro **Ricardo**
253 **Tadeu Marques da Fonseca** e da Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** sobre a
254 incorporação de um texto da convenção a Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos**
255 informou que a Comissão considera importante colocar como anexo informações sobre o
256 controle social, a representatividade participativa e etc. Sobre a sugestão do Conselheiro
257 **João Carlos Martins Neto** a respeito das ilustrações, a Conselheira **Martinha Clarete D.**
258 **dos Santos** acatou a sugestão entendendo não ser nem necessário ir para votação. A seguir,
259 o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos foi posto em votação e aprovado por
260 unanimidade. A seguir, os trabalhos da Comissão foram interrompidos para o almoço. Após
261 o intervalo do almoço, foi discutida a questão do calendário. Foi aprovada a proposta de que
262 as reuniões ocorram segunda, terça e quarta, preferencialmente na primeira quinzena do
263 mês. Em seguida, a Comissão discutiu e aprovou a data da primeira reunião do ano de 2007
264 para fevereiro, nos dias 12, 13 e 14, com vinte votos, contra sete votos para março e uma
265 abstenção. Na sequência, passou-se à apresentação do relatório da **COMISSÃO DE ATOS**
266 **NORMATIVOS**, sendo relatora a Conselheira **Maria Aparecida Gugel**, que esclareceu
267 que a Comissão de Atos havia se reunido em duas ocasiões: em 1º de dezembro, ocasião em

268 que teve o maior volume de atividades e cujo relatório foi encaminhado a todos os
269 Conselheiros com o inteiro teor dos votos exarados; e em no dia anterior ao da plenária,
270 onze de dezembro. Informou que a maioria das decisões se tratava de retorno de questões
271 para as quais o CONADE havia tomado posicionamento, feito encaminhamentos com um
272 retorno ou a falta de um retorno que estaria renovando. Informou que a leva de
273 procedimentos do dia onze de dezembro ou eram para arquivar porque cumprida a
274 determinação do CONADE ou para renovar solicitações pendentes. Dos despachos
275 monocráticos, destacou um que se referia a um esclarecimento solicitado por uma pessoa
276 que se dirigiu ao CONADE dizendo: “Não sei de nada. Preciso saber dos meus direitos e o
277 que as leis me dizem”. Ponderou que as questões individuais estavam sendo resolvidas com
278 despacho monocrático, e que no caso citado se tratava simplesmente de esclarecer à pessoa
279 as atribuições da CORDE, CONADE e dos Conselhos de Direitos através de um simples
280 ofício. Chamando atenção para o item 3, apenas para dar um esclarecimento, destacou ser
281 uma questão simples. Informou que o processo 84 se tratava simplesmente de arquivar um
282 procedimento para o qual o CONADE já havia tido sua deliberação atendida. Sobre a
283 segunda leva de encaminhamentos que a Comissão tem, esclareceu que eram questões em
284 diligência, aquelas que aguardavam definição. Como exemplo, destacou o número 83, que
285 se tratava de uma renovação de ofício que o CONADE já havia encaminhado ao Governo do
286 Distrito Federal. Informou ainda que s demais processos eram de encaminhamento do
287 CONADE. Sobre o item 7, Plano de Ação do CONADE, disse que a Comissão discutiu e
288 entendeu que não era atribuição das Comissões definirem o Plano de Ação, porque cada
289 Comissão trazia o seu pensamento acerca do Plano de Ação e às vezes uma opinião
290 conflitava com a outra, uma decisão conflitava com a outra, o que poderia fazer com que o
291 plenário seguisse decisões conflituosas. Decidiu a Comissão que isso era uma atribuição da
292 Presidência Ampliada. Então, a Comissão de Atos propôs que a Presidência Ampliada
293 definisse o Plano de Ação e trouxesse para que o CONADE discutisse e convalidasse. Outro
294 destaque levantado pela Conselheira **Maria Aparecida Gugel** foi o número 9, processo 126,
295 da relatoria da Conselheira **Izabel Maior**, sobre aquele caso de aliciamento de surdos.
296 Informou que a CORDE tomou providências, vários órgãos tomaram providências, órgãos
297 estaduais, mas que até o momento ninguém havia dito que se tratava de um crime federal,
298 esclarecendo que aliciar trabalhadores surdos para trabalho degradante ou para exploração
299 sexual era eventual crime federal. A proposta da Comissão foi de que o CONADE
300 denunciasse esta questão junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, CDDPH, para
301 que tomem providências, não obstante saber que está tudo encaminhado nas esferas
302 estaduais. Relembrou que na reunião anterior a Comissão de Atos propôs que avaliaria todas

303 as leis estaduais referentes a concurso público e não estando de acordo com a legislação
304 vigente ou com os parâmetros já traçados pelo CONADE nos diferentes pareceres que
305 exarou, a Comissão iria avaliar estas leis aqui pelo CONADE e faria a interlocução junto ao
306 Poder Executivo local para eventualmente alterar essas leis. Informou que a lei que estava
307 no relatório desta vez era a Lei Estadual do Amazonas, que tem alguns problemas.
308 Esclareceu que a Comissão avaliou o conteúdo da lei e que estava encaminhando. Colocado
309 em discussão o relatório da Comissão de Atos Normativos, a **Sr^a. Ivoneide** da Sociedade
310 dos Cegos do Rio Grande do Norte solicitou que o CONADE encaminhasse o caso do
311 aliciamento dos surdos no Rio Grande do Norte, alegando que nada fora resolvido. Disse
312 que a pessoa estava solta ainda e que tinha medo de fazer denúncias por já terem dito a ela
313 que ele era altamente perigoso. Em seguida, a Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior**
314 pediu que ficasse consignado que quando a CORDE Nacional tomou suas providências, foi
315 em comum acordo com a CORDE do Rio Grande do Norte, destacando que da parte da
316 CORDE Nacional houve somente orientação e contatos. Defendeu ainda a necessidade de se
317 transformar numa ação da esfera federal. A seguir, foi aprovado o relatório da Comissão de
318 Atos Normativos por unanimidade. Na seqüência, passou-se à apresentação do relatório da
319 **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, sendo relatora a Conselheira **Ana Maria**
320 **Lima Barbosa**, que informou que a Comissão se reunira no dia anterior, durante o dia
321 inteiro, com a participação de todos os membros. A pauta da reunião era uma pauta extensa,
322 mas era mais de informe de encaminhamento. O primeiro ponto foi a avaliação da
323 implementação das políticas públicas para as pessoas com deficiência. Informou que a
324 Comissão analisou dois documentos, uma síntese das ações do PPA 2000/2007 e um
325 documento completo das ações referentes ao PPA 2000/2004. Destacou que a Comissão
326 achou muito interessante os documentos e solicitou que a CORDE trabalhe nessa mesma
327 lógica, uma avaliação para o próximo PPA, até 2007. A Comissão considerou que o
328 documento foi muito importante, que ele é muito bom, longo e pede que todos os
329 Conselheiros avaliem. Também será encaminhado à CORDE o levantamento das ações e
330 programas do Governo Federal que a Comissão está trabalhando, baseada num relatório
331 maior que está sendo encaminhado pelos ministérios e que vai ser encaminhado à CORDE
332 para que ele possa servir de subsídio para a avaliação do PPA 2004/2007. Com relação à
333 avaliação das políticas públicas setoriais, a partir do levantamento das ações e programas do
334 Governo Federal, a Comissão informou já ter doze ou treze documentos de Ministérios.
335 Informou que será encaminhado para todos os Conselheiros para avaliação e formação de
336 proposições ao PPA 2008/2011. Esclareceu que as sugestões deverão ser encaminhadas por
337 e-mail para a Comissão até fevereiro. A Comissão propôs ainda que a reunião de fevereiro

338 fosse em conjunto com a Comissão de Finanças para poderem preparar uma proposta maior,
339 as estratégias de como acompanhar a definição das ações e estratégia para o PPA. Disse que
340 os Conselheiros sempre iriam receber informações, a partir de então, sobre como participar
341 da discussão do PPA. Uma outra discussão relatada foi sobre a necessidade de elaboração,
342 pelo Governo, pela CORDE, da Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de
343 Deficiência, como está na lei, e do Plano Nacional de Ações Integradas na Área da
344 Deficiência conforme o decreto. A Comissão insiste que é importante fazer uma discussão
345 do decreto que traz a Política Nacional de Integração das Pessoas com Deficiência. Ainda
346 que no decreto tenha os princípios, as estratégias, a Comissão gostaria que fosse feita uma
347 nova discussão sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e
348 do Plano Nacional de Ações Integradas na área. Informou que as discussões sobre as moções
349 e deliberação sobre a I Conferência vão entrar como agenda permanente da Comissão e que
350 em todos os documentos que forem elaborados pelo CONADE seria importante considerar
351 as deliberações da Conferência. Com relação aos informes foi informado o
352 acompanhamento da reunião da Comissão de Seguridade Social e da Comissão de Direitos
353 Humanos sobre emenda de Comissão que já foi colocado. Outro informe foi do Conselheiro
354 **Isaías Dias**, relatando da aprovação da Medida Provisória 316 que trata do nexo técnico
355 epidemiológico da Previdência Social sobre doença do trabalho, destacando que as empresas
356 passam a ter que provar que não causaram a doença ao invés do trabalhador provar que o
357 exercício profissional o deixou doente, como vigora atualmente. Informou que a Comissão
358 achou interessante esse tema e vai chamar alguém do Ministério da Previdência, a ser
359 indicado pela Conselheira Tereza, para fazer uma discussão maior na próxima reunião. Na
360 questão da análise dos processos, a Comissão informou que analisou vários processos, tendo
361 deixado alguns para deliberar na próxima reunião. **Processo 34/2006** – Assunto: Mensagem
362 eletrônica da Dra. Maria Aparecida Cooperativas Sociais e as Pessoas com Deficiência -
363 Relatora Lizair de Moraes Guarino. **Encaminhamento**: Documento importante para
364 conhecimento, retransmitir mensagem aos Conselheiros por email e arquivar. **Processo**
365 **40/2006** – Assunto: Documentos do Fórum de Cascavel – Relatora Tereza Ouro (foi
366 aprovado pelo plenário o pedido de vista do mencionado processo e encaminhado a
367 conselheira Maria Aparecida Gugel, em 26/09, conforme ofício 226/2006/CONADE);
368 **Encaminhamento**: Apresentar para apreciação do Plenário tendo em vista a concordância da
369 Conselheira Maria aparecida Gugel ao Parecer da relatora Tereza Ouro. Colocar parecer em
370 anexo **Processo 41/2006** – Assunto: Ofício Circular 02 – CVI (Especificações mínimas
371 regionalizadas para o PAR – Programa de Arrendamento Residencial – (Relatora Marilene
372 Ribeiro dos Santos); **Encaminhamento**: apresentar para apreciação do Plenário. Conclusão.

373 1) Garantir acessibilidade e habitação para todos prioritariamente com: Projeto de
374 implantação das casas no lugar já determinado; Observância dos detalhes das calçadas;
375 Observação da Norma ABNT NBR 9050 em todos os projetos incluindo o aspecto relativo
376 ao piso antiderrapante (tipo de material) nos espaços internos e externos das habitações;
377 Proibição da colocação de portas menores que 80 cm, inclusive nos sanitários; Que a
378 residência não apresente desníveis internos acima de 1,5 cm no seu interior. 2) Alterar as
379 especificações mínimas regionalizadas para o PAR e para os projetos de construção de
380 moradias populares. 3) O CONADE marcar audiência com os gestores do Programa para a
381 discussão do assunto, com a apresentação de documento com base na legislação vigente. 4)
382 Encaminhar resposta ao denunciante. Deliberação: **Processo 45/2006** – Assunto:
383 Sexualidade da Pessoa com Deficiência (Relatora Marilene Ribeiro dos Santos);
384 Encaminhamento: Apresentar para apreciação do Plenário. Conclusão parecer: Realização
385 de Seminário sobre Sexualidade da Pessoa com Deficiência com participação de
386 especialistas e debater a inserção e abordagem do tema nas Políticas Públicas existentes para
387 jovens e adolescentes. Proposta agenda: segunda reunião do CONADE em 2007. **Processo**
388 **– 49/2006** Assunto: matéria publicada no jornal Correio Braziliense sobre o teste do pezinho
389 – Relatora Sheila Miranda; Encaminhamento: Apresentar para apreciação do Plenário.
390 **Anexar Parecer** Conclusão do parecer: A informação de que as instituições vão fechar não
391 procede. Foi elaborado Parecer que será enviado aos Conselheiros para conhecimento e
392 resposta a solicitante (Marta Gil) e para o Jornal Correio Brasiliense pedindo retificação da
393 informação divulgada (resposta a ser elaborada pela Relatora). **Processo 53/2006** – Assunto:
394 educação especial acerca de políticas públicas para pessoas surdocegas. Relatora Kátia
395 Aparecida. Encaminhamento: Apresentar para apreciação do Plenário. **Anexar Parecer**
396 Quanto à reivindicação de participar do CONADE, responder a entidade com base na
397 legislação vigente e quando será a próxima eleição da sociedade civil, e que as reuniões do
398 CONADE são abertas e podem participar com direito de voz. **Processo 55/2006** - assunto:
399 proposta do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS com a sugestão de inclusão
400 da fissura labiopalatina como deficiência física, nos Decretos 3298/99 e 5296/04.
401 Encaminhamento: Enviar para Comissão de Atos Normativos. **Processo 56/2006** – Assunto:
402 Mensagem Eletrônica do conselheiro Adilson Ventura - Conselho de Desenvolvimento
403 Econômico Social – Relatório do GT de Reforma Política Encaminhamento: a Comissão
404 não designou relator devido a abrangência e especificidade do assunto e sugere que
405 contribuições sejam encaminhadas diretamente para o Conselheiro Adilson Ventura,
406 representante do CONADE no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e que
407 trate do assunto na Plenária a título de informe. Deliberação: Solicitar informações sobre o

408 funcionamento Conselho e a forma de representação da sociedade civil. Colocado em
409 discussão a Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** esclareceu que o Plano de Ações
410 Integradas é uma questão que está sendo construída, destacando que a Política Nacional para
411 Integração da Pessoa Portadora de Deficiência já existe e está integralmente na lei 7.853.
412 Disse que, portanto, não cabe a elaboração da Política Nacional para Integração da Pessoa
413 Portadora de Deficiência, como um dos pontos apresentados pela Comissão. O Conselheiro
414 **Antonio Carlos Sestaro** sugeriu que tenha no *site* do CONADE o que está sendo
415 acompanhado e respondido pelo CONADE das deliberações exaradas na I Conferência.
416 Com a palavra a Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos** sugeriu que a Comissão
417 separasse por política as deliberações da I Conferência, para, primeiro, ficar mais simples o
418 acompanhamento e a comparação quando ocorrer a II Conferência e, segundo, para facilitar
419 o encaminhamento da implementação ou do controle social. Sobre a questão levantada pela
420 Conselheira **Tereza Ouro**, do ocorrido em Cascavel, disse acreditar que o CONADE tem
421 que ir além de dar um parecer, encaminhando a minuta de lei, para findar esse tipo de
422 situação no Brasil. Comentando a fala da Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos**, o
423 Conselheiro **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca** informou que há Projetos de Lei sendo
424 gestados no sentido de autorizar empresas a deixarem de cumprir a cota e pagar um salário
425 para a pessoa ficar aprendendo dentro de ONGs. Disse que esta é uma proposta formulada
426 pelo professor José Pastori que defende não só essa, mas que a empresa possa contratar a
427 cota por empresas terceirizadas. Defendeu a urgência do CONADE se posicionar
428 firmemente contra essas tentativas de ruptura da medida de ação afirmativa das cotas.
429 Citando o art. 24 da lei 8.666, que dispensa licitação no caso de contratação de ONGs de
430 pessoas com deficiência, externou a opinião de ser essa uma lei inconstitucional. Disse
431 acreditar que o CONADE teria duas alternativas, ou minutar um Projeto de Lei e enviar ao
432 Executivo pedindo a revogação do parágrafo do art. 24 porque atenta contra os direitos das
433 pessoas com deficiência, ou provocar o Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da
434 República para que envie uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Se colocou à
435 disposição em ajudar nos argumentos para derrubar o que chamou de barbaridade prevista
436 na lei 8.666. Antes de finalizar sua fala, o Conselheiro **Ricardo Tadeu Marques da**
437 **Fonseca** parabenizou o Governo pela iniciativa de editar uma medida provisória que inverte
438 o ônus da prova, tendo a empresa que provar que não houve o nexo de causalidade quando
439 de algum acidente que gere deficiência ao invés do trabalhador provar que houve o nexo de
440 causalidade. A seguir, o presidente **Alexandre Carvalho Baroni** indagou ao Conselheiro
441 **Adilson Ventura** se a representação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
442 é da pessoa Adilson Ventura ou do CONADE. Respondendo ao Presidente **Alexandre**

443 **Carvalho Baroni**, informou que os membros do Conselho eram representações individuais,
444 pessoas físicas que representavam determinados setores, determinados segmentos. Após
445 longa discussão, a Comissão decidiu que no primeiro dia da reunião de fevereiro seria
446 discutido o PPA e no segundo dia o documento da OEA. Sobre a proposta da Comissão de
447 tratar o tema sexualidade na vida da pessoa com deficiência na segunda reunião do
448 CONADE de 2007, ficou decidido que não seria mais um ponto de pauta e sim um
449 seminário a ser melhor desenhado e discutido. Colocado em votação o relatório da Comissão
450 de Políticas Públicas, foi aprovado por unanimidade. Na seqüência, passou-se à
451 apresentação do relatório da **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**, sendo relator
452 o Conselheiro **Janilton Fernandes Lima**, que passou à exibição do filme da acessibilidade
453 que vai ser tema de discussão na Comissão também. Voltando ao informe da Comissão de
454 Comunicação, o primeiro tema apresentado foi a Campanha de Acessibilidade no Rio de
455 Janeiro, cuja relatora foi a Conselheira **Ritamaria Silva de Aguiar**. A Conselheira
456 **Ritamaria Silva de Aguiar** informou que a questão da Campanha de Acessibilidade no Rio
457 de Janeiro, houve mais uma reunião do Conselho do Estado do Rio de Janeiro que realizou,
458 com a participação dos Conselhos Estaduais, CONADE e instituições Atos, Força do Bem e
459 Só Lazer, entre outros, a campanha de acessibilidade que ocorreu na orla da praia da
460 Copacabana no dia 13 de dezembro como uma das comemorações do Dia Internacional das
461 Pessoas com Deficiência. A seguir, a Conselheira **Denise Costa Granja** relatou sobre a
462 reunião com a Rede Globo e falou sobre o filme de acessibilidade, o que tinha sido motivo
463 de discussão na Presidência Ampliada. Ela destacou que alguns segmentos de pessoas com
464 deficiência reclamaram da falta de acessibilidade no filme sobre acessibilidade. Esclareceu
465 que o objetivo do filme de acessibilidade era mostrar para as pessoas sem deficiência as
466 dificuldades da pessoa com deficiência. Destacou que a Comissão entendeu que seria
467 interessante mesmo inserir a áudio-descrição para que o Brasil inteiro começasse a escutar
468 tudo o que está acontecendo ali para saber que é assim que o cego vê a televisão, além de
469 incluir a janelinha de LIBRAS para o surdo que não conhece português. O Conselheiro
470 **Janilton Fernandes Lima** esclareceu que na reunião da Presidência Ampliada o que foi
471 decidido era que o CONADE iria se manifestar para a Rede Globo informando que a
472 responsabilidade era dele mesmo, que o filme foi feito pelo CONADE, além de agradecer a
473 ação da Rede Globo que cedeu um espaço nobre, sem exigência alguma, sem ter cobrado
474 coisa alguma. Além disso, disse que a Comissão tentaria, junto à entidade que fez o filme, o
475 que poderia ser feito para transformar o filme, deixando-o tão acessível quanto possível. De
476 volta a palavra à Conselheira **Ritamaria Silva de Aguiar**, informou que chegou até a
477 Comissão o processo CCS 006/06 com o tema Planejamento Estratégico, Campanha de

478 Acessibilidade 2007. Esclareceu que a origem era a X Brasil, a mesma que estava havia feito
479 o filme e o *slogan* e outras coisas mais para a campanha. Disse que a proposta da X Brasil
480 era realizar um Planejamento Estratégico visando manter a Campanha de Acessibilidade em
481 ações de comunicação mobilizadoras, ou seja, dar prosseguimento a essa campanha, mas
482 querendo ampliar um pouco mais essa visão e fala do projeto que apresenta 3 vertentes, dar
483 continuidade para permitir mais visibilidade na acessibilidade e seus desafios, uma
484 sistematização que permita potencializar as ferramentas de comunicação e dessa
485 potencialização, a partir de parcerias, realizar estratégias comunicativas com o compromisso
486 de ser agente de mudanças, não só o filme. A proposta de dinâmica desse trabalho de
487 Planejamento Estratégico se divide em três partes, o planejamento, a assessoria e
488 gerenciamento, produção e realização das ações. O encaminhamento da Comissão é que esse
489 processo seja multiplicado, socializado, democratizado com todos os Conselheiros para
490 conhecimento e análise dessa proposta e posterior deliberação. O Conselheiro **Janilton**
491 **Fernandes Lima** informou que o Sr. Jorge Márcio Pereira de Andrade participou, junto com
492 o CONADE, na audiência pública do Senado sobre a Convenção da ONU, e deu uma
493 declaração bastante longa para o jornal, mas quando saiu resumido no Jornal da Agência
494 Senado, ao ler o resumo ele constatou que o resumo não estava reproduzindo exatamente o
495 que ele havia dito. Enviou um ofício para a jornalista da Agência Senado com cópia para o
496 CONADE. O CONADE não iria se manifestar ou fazer juízo de valor sem ouvir a jornalista,
497 por isso enviou um ofício a ela, o qual não foi respondido, ainda, ficando prejudicada a
498 análise por parte da Comissão sem ter ouvido os dois lados. A Comissão vai reiterar o
499 pedido de ofício para poder passar a posição para alguém que, reconhecendo o CONADE,
500 pede que o CONADE se manifeste sobre algo que ele julga muito importante. Outro ponto
501 apresentado pela Comissão foi o Kit Empresário, que foi relatado pela Conselheira **Denise**
502 **Costa Granja**. A Conselheira destacou que o Kit Empresário foi aquele já passado para os
503 Conselheiros, que a FEBRABAN e a Companhia Paulista de Força e Luz estavam
504 patrocinar. Esclareceu que o Kit Empresário tem o objetivo de um empresário falar para o
505 outro, incentivar o outro a contratar a pessoa com deficiência. A Comissão fez as seguintes
506 sugestões: que tirasse a terminologia que tem sempre “pessoa portadora de deficiência” e
507 substituísse por “pessoa com deficiência”. No título “desafio e empregabilidade”, a
508 Comissão sugeriu que seja suprimido o texto que faz referência a uma sugestão do Sr.
509 Marcelo, que sugere que a empresa que não cumpra a cota, mas faça uma contribuição para
510 um fundo. No final, a Conselheira **Denise Costa Granja** apontou que foi colocado uma
511 série de entidades que a pessoa poderia procurar em cada Estado, mas destacou que essa
512 listagem era muito precária e que não alcançava nem 1% da demanda de deficiência. A

513 Comissão então sugeriu que deixasse só com as referências de CONADE e CORDE com as
514 respectivas páginas na Internet. Por último, o Conselheiro **Janilton Fernandes Lima**
515 informou que o boletim que estava sendo distribuído seria o modelo de boletim que a
516 Comissão estava apresentando para ser adaptado, para ser melhorado, decidindo que formato
517 vai ter. Após a apresentação do relatório, a Conselheira **Ritamaria Silva de Aguiar**
518 informou que o Sr. Flávio, chefe do CONADE com a Rede Globo, falou em público, no
519 Centro Cultural Banco do Brasil, que tudo que o CONADE pedisse e estivesse ao alcance,
520 eles fariam porque respeitam o trabalho do CONADE. O Conselheiro **Antonio Carlos**
521 **Sestaro** solicitou, se houvesse disponibilidade, que os Conselheiros pudessem ver o filme
522 sobre acessibilidade com mais calma para depois encaminharem as idéias por *e-mail*. A
523 seguir, o Conselheiro **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca** disse achar que o texto do
524 filme às vezes é meio truncado, sentindo que a poderiam escolher palavras mais coloquiais.
525 Com relação ao Kit Empresário solicitou ter oportunidade de analisar mais detalhadamente e
526 sugeriu, por se tratar de banco, que se incluísse também o contrato de aprendizagem em
527 convênio com o sistema S e ONGs. O Conselheiro **Mauro Meirelles Pena** disse acreditar
528 que o boletim informativo deve ter como editor o CONADE e a Comissão de Comunicação
529 como redatora. A Conselheira **Cândida Maria Carvalheira** sugeriu que o boletim
530 informativo tivesse uma folha só, impressa na frente e no verso e fosse enviado a todos os
531 Conselhos. A Conselheira **Ritamaria Silva de Aguiar** pediu licença para lembrar que faz
532 parte do CONADE a Fátima, que trabalhou muito tempo no MEC, sendo uma das
533 responsáveis pela Revista Integração, que atualmente tem outro nome, mas destacou que a
534 Fátima faz diagramação, revisão e tem uma escrita muito boa. Terminada a discussão, foi
535 colocado em votação o relatório da Comissão de Comunicação Social, que foi aprovado por
536 unanimidade. A seguir, a Conselheira **Niusarete Margarida de Lima** entregou os anais da I
537 Conferência, constante de dois volumes à Comissão de Conselhos para que analisasse antes
538 de ser encaminhado ao Comitê Editorial. Com a palavra o Conselheiro **Ricardo Tadeu**
539 **Marques da Fonseca** informou que acabara de receber um telefonema da assessora do
540 Senador Flávio Arns, que lhe informara que o senador queria esclarecer que apresentou o
541 projeto apenas para garantir a preferência no procedimento do trâmite, mas que ele
542 continuava aberto, por saber que não é a melhor e a versão final, e que queria contar com a
543 colaboração do CONADE. Em seguida, foram interrompidos os trabalhos para retorno no
544 dia seguinte. Recomeçando os trabalhos no dia treze de dezembro, passou-se aos informes
545 gerais, pois a Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** ainda não havia chegado para
546 fazer o relato da Comissão Técnica Provisória do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **5.**
547 **Informes Gerais. Relato da representação do CONADE em eventos – conselheiros e**

548 **conselheiras.** Foram relatados todos os eventos onde houve participação de Conselheiros e
549 Conselheiras do CONADE. Com a chegada da Conselheira **Izabel M. Madeira de L.**
550 **Maior**, passou-se ao ponto seguinte da pauta. **6. Informe da Comissão Técnica Provisória**
551 **do Estatuto da Pessoa com Deficiência.** O relato foi feito pela Conselheira **Izabel M.**
552 **Madeira de L. Maior**, que informou que a Comissão discutiu basicamente nessa reunião foi
553 o andamento da questão do estatuto, no período entre a reunião passada e a atual. Disse que
554 na terça-feira passada houve a votação no Senado Federal da proposta do substitutivo
555 apresentado pelo senador Flávio Arns. Informou que aquele substitutivo divulgado logo
556 depois da última reunião recebeu, a partir da audiência pública acontecida na Semana de
557 Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado, contribuições basicamente na linha da
558 Convenção. Disse que esse documento não chegou às mãos do CONADE antes da votação.
559 O documento foi votado e como era terminativo na Comissão de Direitos Humanos e
560 Legislação Participativa, precisava de dois turnos de votação na Comissão, destacando que o
561 regimento permite que no mesmo dia haja duas votações. Esclareceu que os senadores
562 fizeram o primeiro turno de votação, aprovaram o substitutivo, encerraram a sessão e
563 reabriram a segunda sessão na mesma tarde e aprovaram, pela segunda vez o substitutivo
564 com as alterações acontecidas a partir daquela minuta que o CONADE tem e agora segue o
565 caminho para a Câmara dos Deputados. A Conselheira informou que no momento em que o
566 Senado votou antes, o que prevalece é o do Senado. Disse ainda que o substitutivo da
567 Câmara vai a plenário. Isso significa que o do Senado Federal vai chegar à Câmara antes que
568 termine a tramitação do substitutivo da Câmara. Informou ainda que a votação na Câmara
569 fora agendada para a presente data, mas que mesmo acontecendo essa votação, aprovando-se
570 ou não o substitutivo, ela teria o cunho apenas de terminar os trabalhos da Comissão.
571 Apontou que o documento que sai do Senado passa a ser o documento principal e todos os
572 demais Projetos de Lei co-relatos que foram apensados, com diversos nomes assemelhados a
573 estatuto, ficam apensados ao substitutivo do Senado Federal, o que facilita bastante para o
574 CONADE pois poderia seguir um documento único. Destacou que a Casa terminativa era o
575 Senado Federal e que isso era bom para o CONADE porque tem tido uma facilidade de
576 diálogo maior com o Senado Federal. A Comissão deliberou para trazer para à apreciação do
577 plenário duas vertentes de trabalho na Comissão. Uma delas, junto com a Comissão de Atos
578 Normativos, onde se concentram, como também na Comissão de Estatuto a maioria dos
579 Conselheiros e observadores que têm formação na área jurídica. Nesse sentido, um grupo de
580 Conselheiro seria responsável pela tarefa de fazer uma análise jurídica do que significa
581 trazer as leis e os decretos para o corpo do estatuto, para que o CONADE tenha solvida
582 aquela problemática de saber se perde ou ganha com o estatuto, quais são os riscos e qual é o

583 melhor desenho. O prazo que a Comissão estabeleceu foi a segunda reunião do CONADE de
584 2007. Compõem o grupo a OAB e a AMPID, formalmente, através dos seus Conselheiros, o
585 Ricardo Tadeu, observador pelo Ministério Público do Trabalho e o Conselheiro **Antonio**
586 **Carlos Sestaro**. A Comissão estabeleceu ainda que como a proposta atual de estatuto é
587 muito longa, cada Conselheiro da Comissão Provisória do Estatuto vai fazer a sua leitura do
588 estatuto e definir quais são as suas três prioridades de capítulos, qual capítulo que se sente
589 mais preparado para fazer uma análise comparativa com a legislação existente e propostas
590 que precisam ser ou corrigidas. O outro ponto discutido pela Comissão é se é interesse do
591 CONADE, de alguma maneira, acompanhar a questão da escolha da relatoria que é,
592 obviamente, uma prerrogativa do Legislativo. Passando à análise dos processos, informou
593 que o primeiro processo é 03 de 2006, que fora um ofício da Doutora Ela, em que ela
594 sugeria que o CONADE fosse um órgão de coordenação da discussão do estatuto. Entendeu
595 a Comissão que isso era possível e que responderia à Dra. Ela no sentido de que isso será
596 feito mediante a proposta de discussão com os conselhos e com os outros órgãos, através das
597 organizações do CONADE.

598 O segundo processo relatado foi o CPE número 4, mensagem eletrônica do Conselheiro
599 Veríssimo a respeito de contribuições para o capítulo transporte. A Comissão deliberou que
600 o Conselheiro que ficar com o Capítulo referente a transporte do estatuto receberá essa
601 matéria para poder aproveitar as sugestões do Conselheiro. O Projeto de Lei que está
602 também com a Comissão, de número 6226 diz respeito à acessibilidade ao meio físico e a
603 sinalização dos logradouros públicos, ruas, praças e outras vias com a marcação para a
604 identificação pela pessoa com deficiência visual. A Comissão decidiu que como isso é
605 matéria também do estatuto, esse Projeto de Lei será analisando na sua tramitação e
606 acompanhando o capítulo. O próximo processo foi uma correspondência enviada pelo
607 Conselho Estadual do Mato Grosso do Sul fazendo uma série de considerações em relação
608 aos capítulos do estatuto. Eles apresentam sugestões e chegam à conclusão de que devem
609 repudiar a iniciativa de um estatuto. Entendeu a Comissão que deve ser respondido ao
610 Conselho que já foi votado e que é um processo que está em tramitação e que cabe agora a
611 análise criteriosa e as sugestões do melhoramento do Projeto de Lei. Ainda que a idéia deles
612 inicial tenha sido o repúdio, agora talvez seja mais somar esforços. Deu conhecimento
613 também sobre a correspondência da Conselheira **Cândida Maria Cavalheira** que tirou a
614 carta de Angra dos Reis, onde houve o encontro em 2006 da ABRASO e foi encaminhado
615 ao CONADE para a questão de dirimir dúvidas que surgem em vários momentos sobre a
616 colocação da ostomia na classificação de deficiência física. A Comissão entendeu que como
617 essa matéria da ostomia está em decreto, nesse momento ela não tem nenhum tipo de

618 questionamento jurídico, porque ela existe em decreto, como todas as outras. A Comissão
619 entende também que cabe à CORDE promover um Grupo de Trabalho com especialistas e
620 com os interessados que propuseram a passagem à categoria de pessoas com deficiência para
621 que se entenda melhor sobre cada um desses fatos e depois se delibere sobre a conveniência
622 ou não. A Comissão destaca que o papel a se fazer agora seria uma varredura de todos os
623 grupos que estão solicitando passar à categoria de pessoa com deficiência. A Conselheira
624 **Izabel M. Madeira de L. Maior** disse achar importante que se procure uma nova maneira
625 de classificar as pessoas com deficiência no Brasil, adotando um modelo misto em que
626 exista uma valoração do grau de limitação funcional. Disse que a idéia é que caiba à
627 CORDE, com presença do CONADE, em um Grupo de Trabalho estudar essas
628 possibilidades para chegar a uma proposta que tenha tempo suficiente para ser inserida no
629 Estatuto. Colocado em discussão o relatório, a Conselheira **Cândida Maria Carvlheira**
630 manifestou sua preocupação de que a conquista alcançada pelo movimento dos ostomizados
631 no Brasil seja perdida, já que a qualquer momento poder sair um decreto retirando a
632 categoria de ostomizados da classificação de deficiência. A seguir, o Conselheiro **Marcos C.**
633 **de Souza Bandeira** destacou que deve ser observado quando da discussão do estatuto a
634 questão do passe livre interestadual, pois se for feita qualquer alteração, informou que cairia
635 no mesmo problema que existe nos passes livre dos idosos, qual seja, o Governo ter que
636 ressarcir as empresas. A Conselheira **Martinha Clarete D. dos Santos** manifestou a
637 preocupação de quando a pessoa com deficiência é tratada como se todos fossem iguais.
638 Propôs que a CORDE e o CONADE ampliassem o instrumento que mede não só o grau da
639 deficiência, como também da condição social, desenvolvido por um Grupo Interministerial
640 da Previdência Social e da Assistência Social para a pessoa com deficiência ter acesso às
641 políticas afirmativas de modo geral. Apontou que haveria muito mais justiça com todos,
642 ostomizados, sequelados por hemofilia, por diabetes e etc. no Brasil houvesse um
643 instrumento que de fato avaliasse a condição médica, a condição clínica, a condição
644 sensorial, física, cognitiva e social. O Conselheiro **Mauro Meirelles Pena** apontou que os
645 representantes na Câmara e no Senado têm que ficar suficientemente esclarecidos, pois a
646 impressão que tem é que o CONADE discute coisas belíssimas, mas que não atingem os
647 representantes no Senado e Câmara. O observador **Ricardo Tadeu Marques da Fonseca**
648 apontou que há um princípio que estava sendo olvidado no projeto do estatuto que consta na
649 Convenção da Guatemala, já lei no Brasil, que diz que as políticas afirmativas são acessíveis
650 à pessoa com deficiência na medida em que ela queira. Disse ser algo que o CONADE tem
651 que insistir para inserir no estatuto alegando que o estatuto, uma vez aprovado sem esse
652 princípio, revoga a Convenção da Guatemala. Após moderada discussão, o CONADE

653 decidiu que a CORDE e a Casa Civil fariam uma discussão com a assessoria parlamentar de
654 perceber quais poderiam ser as pessoas indicadas a relatoras para, aí sim, a área não-
655 governamental do CONADE entrar em ação para também ajudar na possibilidade de
656 indicação. Colocado em votação o relatório da Comissão Provisória do Estatuto, foi
657 aprovado por unanimidade. A seguir, passou-se ao próximo ponto da pauta: **7.**
658 **Apresentação do Plano de Ação Integrada – Conselheira Izabel Maior, Coordenadora-**
659 **Geral da CORDE.** A Conselheira **Izabel Maior** informou que o próximo ponto era uma
660 solicitação que veio da Comissão de Políticas Públicas que é a apresentação do Plano de
661 Ações Integradas conforme o decreto 3.298, em seu artigo 56 menciona. Disse ainda que iria
662 abordar o fim do documento, falando sobre a abrangência desse documento que não incluiu
663 apenas os Ministérios, incluiu também os bancos de financiamento da área federal. Destacou
664 que teve como eixo principal o diagnóstico da situação das políticas para as pessoas com
665 deficiência, a caracterização da população, depois a divisão entre as políticas que existem e a
666 legislação, quais são as medidas de proteção, que foram divididas entre ações do Governo
667 até 2003 e ações do Governo previstas para o PPA 2004/2007. Além disso, há uma parte
668 relativa a monitoramento e avaliação e problemas e desafios a serem transpostos e a
669 proposta do Plano de Ação Integrada e os anexos que correspondem a todas as informações
670 prestadas pelos ministérios e a legislação e os dados do IBGE. A Conselheira **Izabel Maior**
671 preferiu passar para a questão das conclusões sobre monitoramento e avaliação, problemas e
672 desafios e propostas. A conclusão sobre monitoramento e avaliação chegada foi de que a
673 área de políticas para as pessoas com deficiência é transversal e as ações são realizadas sem
674 que as etapas de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação sejam
675 desenhadas de modo a permitir a quantificação dos resultados. Resumiu dizendo que o
676 CONADE não tem uma maneira fidedigna de acompanhamento. Para corrigir o problema,
677 defendeu como imprescindível reforçar as instâncias do controle social, tais como os
678 conselhos de direito, ouvidorias e o acompanhamento, pelo Ministério Público e pelo
679 Tribunal de Contas da União. Ainda dentro das questões relativas a monitoramento e
680 avaliação, o Grupo percebeu que as ações voltadas para as pessoas com deficiência
681 dependem da coordenação e da definição de indicadores que sejam capazes de demonstrar a
682 efetividade dos planos, programas e projetos. Destacou que indicadores na área social é uma
683 situação muito difícil, apontando que construir indicadores depende de um conhecimento
684 técnico e de um conhecimento específico da área. Ressaltou que o próprio PPA é falho nos
685 seus indicadores porque normalmente os indicadores construídos são metros quadrados ou
686 quilômetros de estrada construída. Afirmou que na área social não é assim. Entretanto,
687 levantou que existem indicadores que mostram a grande insuficiência dos programas na

688 área. Disse ainda que no PPA 2004/2007 foram introduzidos o Programa Nacional de
689 Acessibilidade e Promoção e Defesa, que antes não existia e apontou que nesses estão
690 indicadores de política que estão sendo aferindo ano a ano para verificar se há um
691 crescimento dos resultados, mas os demais programas ainda permanecem com meta física,
692 como indicador. Abordando os principais problemas e desafios, destacou a insuficiência de
693 informação das políticas setoriais quanto ao número de beneficiários, o período e os
694 recursos. Além disso, apontou que as ações são descontinuadas e não articuladas, os
695 recursos orçamentários incompatíveis com a demanda, o grau de contingenciamento de
696 recursos ser muito alto, não haver uma prioridade em que a política da pessoa com
697 deficiência fique a salvo do corte. Esclareceu que contingenciamento significa que você tem
698 o dinheiro, mas não vai poder utilizá-lo na íntegra em relação à lei orçamentária. Destacou
699 que o próprio órgão de coordenação, que é a CORDE, tem pouca visibilidade na
700 administração pública, escassez de recursos humanos, materiais e orçamentários. Afirmou
701 que 82% de todo o recurso da política para as pessoas com deficiência significa BPC e
702 Renda Mensal Vitalícia. Reafirmou que faltam indicadores que apresentem, com confiança e
703 fidedignidade, se esse recurso consegue alcançar a sua finalidade. Salientou que o Plano de
704 Ação Integrada não tem modelo, e dos estudados pela Comissão o mais interessante foi o
705 desenho que foi adotado pelo PETI. Esclareceu que o PETI faz o diagnóstico da situação,
706 uma matriz com as ações e as responsabilidades e o nível de atuação e atribuições dos atores
707 envolvidos no programa, além de um capítulo de monitoramento para que possam ser
708 acompanhados os resultados pretendidos com o programa. Disse ainda que a Comissão
709 entende que pode tentar fazer um Plano de Ação Integrada, mas preveniu que esse Plano de
710 Ação Integrada vai ficar devidamente guardado se o CONADE não tiver um órgão de
711 coordenação com o nível de Secretaria Especial. Após a apresentação, passou-se ao debate.
712 Com a palavra o Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** destacou que o desafio estava
713 posto. Apontou que a construção do Plano Integrado de Ações não é algo tão simples e não é
714 algo que dependa só da boa vontade ou do trabalho da CORDE ou da Secretaria. Disse
715 pensar que é um desafio que passa pelo Governo, porque é uma ação que está prevista e tem
716 que ser feita, mas acredita que o CONADE e todas as instâncias a ele vinculadas, são
717 fundamentais nesse processo. Disse ainda acreditar que esse ponto de pauta devesse ser um
718 ponto de pauta permanente. A seguir, o Presidente **Alexandre Carvalho Baroni** fez um
719 breve balanço da atual gestão do CONADE, destacando quantas reuniões foram feitas,
720 quantos pareceres foram exarados do CONADE, dentre outras ações. A seguir, a
721 Conselheira **Cândida Maria Carvalheira** solicitou esclarecimento sobre a forma de escolha
722 dos Conselheiros que representariam o CONADE nas reuniões em que fosse convidado. Em

723 seguida, o Conselheiro **Marcos C. de Souza Bandeira** apresentou a sugestão de que os
724 Conselheiros da cidade onde houver alguma reunião em que o CONADE será representado
725 fiquem sabendo da participação do CONADE nessa reunião, mesmo se estes conselheiros
726 não forem os escolhidos a representar o CONADE. Além disso, solicitou que fosse
727 informado a todos os membros do CONADE o resultado de cada reunião onde houve
728 representação do CONADE. Na seqüência, a Conselheira **Ritamaría Silva de Aguiar**
729 informou que o Programa Arte Sem Barreiras, Funarte, enviou para a CORDE e o
730 CONADE alguns exemplares do caderno de texto número 4, em tinta e em CD e fonte
731 ampliada. Ele solicitou deixar consignado que essa verba não foi a verba da Caixa
732 Econômica Federal, repassada para o Programa Arte Sem Barreira, segundo informação
733 durante a Conferência pelo presidente Lula. Passou como referência ao Sr. Presidente, e
734 informou que todos os Conselheiros iriam receber, pois o CONADE repassaria para os
735 outros que não receberam. A seguir, o Conselheiro **José Cláudio Barringuelli** parabenizou a
736 direção do CONADE pelo primeiro ano de sucesso nos trabalhos e destacou que a direção só
737 foi eficiente porque os Conselheiros corresponderam ao seu papel. Informou também que
738 devido aos recorrentes problemas com passagem aérea que vêm ocorrendo com ele, quando
739 forem emitidas passagens que estejam em horários que o desagradem, não comparecerá às
740 reuniões. Em seguida, a Conselheira **Valdenora da Cruz Rodrigues** destacou que nesse
741 Governo houve coisas que há anos não havia, sendo feito principalmente através desse
742 Grupo de Trabalho que foi instituído. Também parabenizou a todos os companheiros
743 Conselheiros e Conselheiras por esse ano de trabalhos. Parabenizou e agradeceu também ao
744 presidente do CONADE, pela confiança, e pela responsabilidade dada a ela em representar o
745 CONADE nesse GTI. A Conselheira **Maria Madalena Nobre** sugeriu que quando os
746 Conselheiros participassem de qualquer reunião, sempre que falassem do CONADE falasse
747 também da CORDE. A Conselheira **Laís Vanessa C. de F. Lopes** destacou que seria
748 interessante uma carta do CONADE, uma carta aberta aclamando o texto e recomendando
749 aos senadores e deputados que aprovem no Brasil o texto que seria adotado na reunião da
750 OEA da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, tanto a
751 Convenção quanto o Protocolo Facultativo. Afirmou que seria um marco muito importante
752 para poder parametrizar quais são os direitos das pessoas com deficiência e fazer o diálogo
753 com os direitos humanos. A Conselheira **Ritamaría Silva de Aguiar** solicitou consignar
754 que a Dra. Ellen Grace do Supremo Tribunal Federal é profunda conhecedora da CORDE,
755 dos assuntos da CORDE, do trabalho realizado pela CORDE e sabe de cada passo que o
756 CONADE tem dado. Destacou esse fato como sendo extremamente satisfatório para todo o
757 CONADE. Em seguida, a Conselheira **Izabel M. Madeira de L. Maior** disse lamentar

758 profundamente o que aconteceu com o Conselheiro **Barriguelli** com relação às passagens,
759 mas informou que a questão financeira do Governo tem limites, dizendo que essa situação
760 foge à alçada da pessoa que assina o memorando das passagens e ainda que do ponto de
761 vista da CORDE não há solução a dar a essa questão, por mais que lamente o ocorrido. Em
762 seguida, o Conselheiro **Cristiano Cláudio Torres** fez um agradecimento especial à **Dra.**
763 **Izabel Maior** que conduziu o GTI de uma maneira extremamente democrática e para eles,
764 atingidos pela hanseníase e que ainda moram em hospital colônia, sentiram desse grupo,
765 principalmente da **Dra. Izabel**, um carinho especial às pessoas atingidas pela hanseníase e
766 que moram em hospital colônia. Agradeceu também à Conselheira **Martinha** pela acolhida
767 que o grupo sempre deu a ele, sempre que vem às reuniões. Na seqüência, o Presidente
768 **Alexandre Carvalho Baroni** chamou o corpo técnico da Secretaria Executiva do CONADE
769 à frente e destacou que obviamente eles têm limites, não limites de capacidade pessoal, mas
770 limites de capacidade humana que muitas vezes são quebrados e ultrapassados para suprir
771 todas as necessidades do CONADE e de seus membros. Solicitou que o Conselho desse uma
772 salva de palmas para o grupo. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente
773 **Alexandre Carvalho Baroni** manifestou a sua satisfação em terem vencido toda pauta
774 proposta e deu por encerrada a 1ª Reunião Extraordinária do CONADE, desejando a todos
775 um bom almoço e boas festas.
776

ALEXANDRE CARVALHO BARONI
Presidente do CONADE